

Uma teoria do espaço para as Américas

Fernando Luiz Lara ^(*)

Resumen: Desaprender es una de las cuestiones más urgentes de nuestros tiempos, una pregunta que todos deberíamos plantearnos, y mi propia respuesta gravita en torno a las teorías decoloniales que surgieron en América Latina en las últimas décadas. Edmundo O’Gorman, Aníbal Quijano, Milton Santos, Pablo González Casanova, Walter Mignolo, Arturo Escobar, Silvia Rivera Cusicanqui, María Lugones y Denise Ferreira da Silva me ayudaran a romper las barreras epistemológicas que definían la arquitectura no realizada por hombres blancos europeos como periférica, desplazando la mía propia.

Lo que las teorías descoloniales me han enseñado más recientemente es que la abstracción espacial no es sólo un acelerador de la mejora como propuso Corona-Martínez, sino también un acelerador de la modernidad y, en consecuencia, un acelerador de la colonialidad. Mi punto aquí, aprendido de académicos contemporáneos que involucran el conocimiento indígena en un esfuerzo de descolonización epistémica, es que el surgimiento de la abstracción espacial en el siglo XVI acabó con los procesos relacionales y los conocimientos no eurocéntricos que necesitamos urgentemente volver a poner sobre la mesa. Necesitamos desarrollar conceptos americanos para mejorar nuestra comprensión de la historia espacial de nuestro continente. Necesitamos desaprender la hegemonía de la abstracción espacial para permitir que otros conocimientos impregnen el proceso de diseño.

Palabras clave: Desaprender, Decolonialidad, Epistemología, Arquitectura, América Latina.

[Resúmenes en inglés y portugués en las páginas 279-280]

^(*) Profesor titular de Historia y Teoría de la Arquitectura en la Weitzman School of Design, University of Pennsylvania. Lara trabaja en teorizar espacios de las Américas con énfasis en la difusión de ideas de arquitectura y planificación más allá de las fronteras disciplinares tradicionales. En sus diversas publicaciones, el Prof. Lara ha discutido la arquitectura moderna y contemporánea de nuestro continente, su significado, contexto e inserción socioeconómica. Sus últimos libros incluyen *Spatial theories for the Americas* (2024); *Street Matters* (con Ana Paula Koury, 2022); *Spatial Concepts for Decolonizing the Americas* (editado con Felipe Hernandez, 2022) *Excepcionalidad del Modernismo Brasileño* (2019); and *Modern Architecture in Latin America* (con Luis Carranza, 2015).

Uma teoria do espaço para as Américas



Lais Myrra, Estudo de Caso, Bienal de Gwangju, 2018.

Invejo o poder de síntese das artes. Caetano Veloso cantando que um índio descerá de uma estrela colorida e brilhante. Carolina de Jesus escrevendo que a favela é o quintal onde a sociedade abandona o que já não lhe serve. Cláudia Andujar fotografando os Yanomami com aquela plaquinha de delegacia que lhes carimba um número. Miguel Rio Branco fotografando a carne negra exposta a todo tipo de deshumanidade. Gosto de dizer que o Brasil se explica ali, em Inhotim, no bosque que separa o pavilhão Rio Branco do pavilhão Andujar, negros e índios resignificados e redignificados por dois artistas que escolheram ser Brasileiros.

No que diz respeito à arquitetura, nenhum artista me instiga mais que Lais Myrra. Myrra se utiliza dos materiais e conceitos da arquitetura para questionar nossa relação, em sua maioria acrítica, com o que chamamos de arquitetura moderna. Numa sequência de obras - Gameleira 1971; Coluna Infinita; Corpo de Prova; Pódio para ninguém; Dois Pesos Duas Medidas; Estudo de Caso - o cimento, o concreto, as formas e as fôrmas que tanto celebramos são apresentados como ícones de uma modernidade milimetricamente encaixada a uma colonialidade que insistimos em não ver. A obra de Lais Myrra serve

como um par de óculos que corrige a miopia do campo do conhecimento da arquitetura e do urbanismo.

Em uma de suas obras mais recentes, Estudo de Caso, montada até hoje apenas na Bienal de Gwangju de 2018, a artista moldou em gesso uma réplica em tamanho natural da coluna do Palácio da Alvorada (Oscar Niemeyer, 1958), que se apoia em uma réplica também em tamanho natural de uma coluna da varanda da fazenda do Colubandê de 1618. A relação entre modernidade e colonialidade vai muito além da leitura estrategicamente formalista de Lucio Costa. Aprendemos com Arturo Escobar e Walter Mignolo que não existe modernidade sem colonialidade, ambas são faces gêmeas de uma mesma estratégia socio-econômica hegemônica desde o século XVI. E a arquitetura que tanto celebra sua modernidade é, desde o mesmo século XVI, ao mesmo tempo resultado e instrumento de colonização (LARA 2020).

Estudar o ambiente construído das Américas é lidar com esta contradição. Somos resultado e instrumento de modernização; resultado e instrumento de colonização. Entender o papel das Américas neste processo é urgente porque o cerne desta modernização/colonização é a hegemonia Europeia em quase todos os campos de conhecimento (LARA, 2022). No caso da arquitetura é ainda mais gritante porque compartilamos a certeza de que o espaço é parte integrante da nossa identidade, embora a grande maioria de nossa história e nossa teoria foi escrita com base em outro espaço, no caso a Europa ocidental. Cabe então perguntar se não deveria haver uma teoria americana do espaço, dado que a experiência e a história espacial das Américas é inerentemente diferente dos espaços europeus? Ou não?

Com base nesta pergunta iniciei em 2015 um projeto de pesquisa solitário e ambicioso: sistematizar de alguma maneira os autores que pensaram a experiência espacial nas Américas de forma a embasar, no futuro, uma teoria do espaço americano. Uma busca preliminar revelou dezenas de autores não-europeus que pensaram questões espaciais do nosso continente. Pretendo, nas próximas décadas, trabalhar cada um destes autores. Mas como mapeamento inicial (e todo mapa é uma redução, uma curadoria) este texto trata daqueles que considero neste momento os mais relevantes: Edmundo O’Gorman; Arturo Escobar; Walter Mignolo; Eduardo Viveiros de Castro; Paulo Freire; Thomas Jefferson; Roberto Fernandez e Marina Waisman; além de meus preciosos interlocutores: Felipe Hernandez; Diana Maldonado, Clare Cardinal-Pett, Reina Loredó, Fernando Martínez Nespral, Ana Maria Leon, Ana Maria Durán Calisto, Nilce Aravechia, Abilio Guerra e Marcio Cotrim. Em 2017 tive a oportunidade de preparar um curso de pós graduação sobre esta questão e ensiná-lo primeiro no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (maio a julho de 2017) depois na Universidad Autonoma de Tamaulipas (julho e agosto) e por fim na University of Texas at Austin (setembro a novembro). Os autores acima citados formam a bibliografia básica do curso e além de ser grato a todos eles por iluminar o meu caminho de pesquisa, sou grato a todos os alunos que me ajudaram a refinar estes pensamentos nestas quatro diferentes universidades americanas. Em 2018 organizei junto com Lis Almeida o II CACAL na UFMG e em 2020 com Felipe Hernández o Colloquium on Decolonizing Spatial History of the Americas em Austin. Nestes cinco anos já publicamos vários textos que aos poucos vão criando o suporte conceitual para uma teoria do espaço americano, incluindo o livro *Spatial Concepts for Decolonizing the Americas*, de 2022, e *Spatial Theories for the Americas* de 2024..

Neste ensaio, parto da constatação de que as Américas não conhecem sua própria história espacial e, portanto, uma sistematização desse conhecimento está bastante atrasada. Três décadas atrás, no primeiro Seminário de Arquitectura Latinoamericana em Buenos Aires, Marina Waisman falou sobre a necessidade urgente de discutir a arquitetura das Américas em seus próprios termos, e ainda não debatemos esses mesmos termos (WAISMAN, 1994). Além disso, em um nível mais fundamental, falta-nos uma história espacial básica de nosso continente. Em um texto publicado na *Architectural Review* em 2019 escrevi que “as lentes decoloniais nos permitem discutir questões que considero urgentes em qualquer análise contemporânea da arquitetura: capitalismo, ecologia, gênero e raça; emoldurando a arquitetura como resultado e instrumento da espacialidade colonialista. Depois de duas décadas ensinando arquitetura brasileira em duas das melhores universidades dos Estados Unidos e dando palestras sobre o assunto em todo o mundo, sou com frequência surpreendido com pessoas se referindo ao Brasil como não ocidental, e este me parece um ponto importante. Muitos dos meus colegas, seguindo o discurso hegemônico, acostumaram-se a confundir civilização ocidental com a OTAN - a aliança militar que domina o planeta há 70 anos. Isso se naturalizou a tal ponto que as pessoas se surpreendem quando lhes pergunto qual é a principal diferença entre as histórias do Brasil e dos Estados Unidos que lhes permite pensar um como parte do ocidente e o outro não. Ambos os territórios eram povoados por ameríndios antes de serem invadidos e colonizados por europeus que, no processo de apropriação de suas terras, impuseram sua religião e sua língua, dizimaram os indígenas e escravizaram milhões de africanos para sustentar seus empreendimentos. O papel da civilização ocidental neste empreendimento é exatamente o mesmo, e os resultados são mais semelhantes do que gostaríamos de admitir” (LARA 2019).

O resultado de ainda não ter teorizado os espaços americanos é que também ainda não o problematizamos e, portanto, testemunhamos a perpetuação da exclusão e o apagamento da memória como principais características da urbanização em todo o continente. Leopoldo Zea nos diria que este “encobrimento” é componente fundamental do processo de colonização. Prefiro ir ainda mais longe e citar Arturo Escobar (outro autor que discutirei em mais detalhe nas próximas páginas) e sua agora clássica demonstração de que a colonialidade é parte inerente do processo de modernidade. Somos (no presente do verbo ser) colonizados porque somos modernos. Teorizar nosso próprio espaço e escrever nossa própria história é urgente porque, como lembrou Edward Said em seu clássico “*Orientalismo*”, estudiosos europeus desenvolveram narrativas sobre todas as outras sociedades na Terra e como resultado se estabeleceram como o centro do conhecimento humano (SAID, 1978). Segundo a narrativa eurocêntrica, as Américas eram um continente vastamente vazio de culturas sofisticadas e prontas para serem conquistadas pelo conhecimento superior do autoproclamado “velho mundo”. O adjetivo antigo aqui funciona muito como o oriental de Said; localizando nas Américas um grau de infância que exigia orientação, se não disciplina. O relato do primeiro viajante europeu de cidades sofisticadas foi enterrado sob a ideia conveniente de que as Américas estavam vazias, prontas para serem cultivadas e cultivadas. Conquistadores como Francisco de Orellana e Hernán Cortez escreveram sobre cidades complexas e ricas muito além das bem documentadas Cuzco e Tenochtitlán. Cidades no coração da Amazônia, cidades no vale do Mississippi, cidades da ilha de Santa Catarina no

sul do Brasil. Os que vieram um século depois para tomar posse da terra não viram nada e chamaram os velhos exploradores de mentirosos. Quatrocentos anos a mais se passariam antes que os restos daquelas grandes cidades começassem a ser desenterrados. A admiração dos primeiros exploradores foi justificada e sua palavra foi justificada, mas o holocausto que provocaram é ainda mais chocante. Noventa por cento da população morreu no primeiro século após o encontro, muitos por pólvora, mas muitos mais por vírus e bactérias (STANNARD, 1992). Para ilustrar o escopo dessa tragédia, peço ao leitor que faça um rápido exercício mental: faça uma lista das 20 pessoas que você mais ama em sua vida. Agora escolhi um para sobreviver com você, os outros 19 vão morrer logo de varíola ou gripe. Sabemos muito pouco sobre o ambiente construído das Américas antes da chegada dos europeus em 1492, este foi o primeiro signo do espaço americano sob o domínio europeu: o completo apagamento da experiência atual anterior. Códices e pinturas foram queimados, esculturas foram derretidas ou reduzidas a pó, tudo que registrasse a cultura ancestral anterior foi destruído em nome da pureza religiosa. Mas nós sabemos o suficiente (e aprendemos mais e mais a cada dia) para entender que não era uma utopia, nenhum paraíso na terra (CARDINAL-PETT, 2015). As duas sociedades pré-colombianas mais avançadas, o império inca nos Andes e o império asteca no vale central do México foram excessivamente estratificados, com um exército de camponeses servindo uma pequena elite militar e clerical. E isto não mudou com a chegada dos cristãos europeus. Muito pelo contrário, os conquistadores espanhóis substituíram o topo das sociedades estratificadas, conseguindo fazer todo mundo trabalhar para eles. A aglomeração de pessoas no espaço que chamamos de cidades nunca foi emancipatória como em outros lugares e tempos da nossa história urbana planetária. Temos uma história espacial única, mais singular pelo fato de ainda não sabermos muito sobre isso.

Primeiro problema: espaços para esquecer.

Em abril de 2017 estive em Lima para o encontro da Associação de Estudos Latino-Americanos - LASA. Visitando a Catedral de Lima, vi um homem de ascendência andina dizer às crianças da escola que a história de sua cidade começou em janeiro de 1535, quando Francisco Pizarro fundou a Ciudad de los Reyes. O homem que pronunciou tal afirmação problemática e incompleta estava a apenas uma milha de locais pré-colombianos claramente visíveis no tecido de Lima. Ou talvez eu deva dizer claramente invisível no tecido de Lima. Tal evento não é uma exceção, mas sim a regra nas Américas. Nossos espaços foram construídos para esquecer, para não lembrar. A narrativa eurocêntrica tradicional do nosso guia turístico Limeño nunca foi capaz de explicar a ocorrência de sociedades complexas e sofisticadas, como os maias, os astecas ou os incas, muito menos daquelas que conhecemos pouco além de ruínas e artefatos milenares. Quando eles entram em cena é apenas para provar a superioridade da mente europeia e sua “vitória”, apesar de estar em desvantagem numérica. Essa vitória, sabemos agora, foi conseguida pelo terrorismo (sequestros, assassinatos seletivos e destruição espetacular de estruturas sagradas) se você me permitir usar um termo muito atual.

Pesquisas recentes mostraram que mesmo áreas como a Amazônia ou o vale do Mississipi não foram apenas ocupadas, mas também amplamente modificadas por seus habitantes por milhares de anos antes da invasão. Nós temos uma história de apagamento e obliteração, um processo de exclusão tão forte que destruiu línguas e narrativas. Como demonstrado por Tom Dillehay e David Meltzer em *Os primeiros americanos* (1991) e David Stannard em seu *holocausto americano* (1992); a população do continente, calculada de forma conservadora como 25 milhões de habitantes em 1500, foi reduzida para menos de 3 milhões um século depois. Isso equivale a uma decadência populacional de 90% em um século, algo sem precedentes na história da humanidade. A imagem ameríndia que sobreviveu é indistinguível desses eventos traumáticos. A literatura sobre psicologia do trauma é extensa, desde os primeiros estudos de Jean Martin Carcot no final do século 19 até Henry Krystal nos anos 60. Uma enorme quantidade de literatura tem apoiado a inclusão do transtorno de estresse pós-traumático - como uma condição mental que normalmente se manifesta como desorientação espacial, pensamentos negativos sobre si mesmo e sobre o mundo e perda de interesse em atividades prazerosas, geralmente levando a abuso (KRYS-TAL, 1978). A descrição de ameríndios vagabundos vagando por aí bêbados após o século XVII se encaixa perfeitamente com os sintomas descritos acima, mas nunca foram discutidos dessa maneira. O apagamento da memória é uma consequência clássica do PTSD e, no caso dos espaços americanos, esse apagamento foi fortemente apoiado pelo cristianismo, com o zelo de limpar o mundo de quaisquer outros símbolos religiosos ou culturais. Resta-nos então um desafio: como incluir os habitantes originais e sua concepção de espaço na história do continente? Aprendemos com Homi Bhabha que a idéia de nação vem da prática da narração. Somos aquilo que contamos. Neste sentido, não somos efetivamente americanos porque não contamos a história dos que aqui estavam antes de nós. Quais seriam estas arquiteturas originais brasileiras? Sabemos algo da materialidade e da tecnologia construtiva mas conhecemos muito pouco da maneira como entendem o espaço. Aqui importa retomar o trabalho do mais original antropólogo brasileiro da atualidade – Eduardo Viveiros de Castro. Sua teoria do perspectivismo ameríndio, ousada e abrangente como devem ser as verdadeiras teorias, nos ensina que os povos originais das américas tinham (e têm ainda) uma concepção relacional de espaço que se contrapõe à concepção cartesiana do ocidente. Para os ameríndios, uma árvore se torna mais humana quando é trabalhada pelas nossas mãos, e nós nos tornamos um pouco mais árvore ao fazê-lo. Isto implica que o que tem valor é a minha (nossa) relação com o objeto árvore depois madeira e depois ainda terço ou pilar, não o meu (nosso) poder sobre tudo que não é humano e por consequência disponível na concepção ocidental. Narrar a história do espaço americano com as lentes do perspectivismo ameríndio implica humanizar cada tronco de pau-brasil exportado no século XVI, cada vara de cana espremida no século XVI e cada pepita de ouro arrancada das Minas Gerais no século XVIII. Cada um destes “produtos” levou a terra das américas pelo mundo a fora, mas nada disto seria possível sem as mãos Tupinambá que cortaram o pau-brasil, as mãos Bantu que moveram os engenhos de açúcar ou as mãos Iorubá que lavaram o cascalho dos córregos para separar o ouro. Cada um desses agentes moldou o espaço das américas, no caso a porção Brasil do continente, para ser em seguida apagado da narrativa. Houveram ciclos de extração de madeira, açúcar, ouro e café, mas quem extraiu, quem vendeu, quem carregou? E qual a lógica espacial destas empresas monoprodutoras?

Me incomoda ler em tantos livros que as Minas Gerais onde eu cresci estavam vazias quando chegaram os paulistas no final do século XVI. Ali havia gente antes, muita gente. E se vazias estavam as terras em 1690 foi porque morreram todos no primeiro século depois da invasão europeia. Não cabe mais repetir que a história de Minas Gerais começa com as bandeiras nem que a história de São Paulo começa na fundação do colégio. Isto implica apenas um esquecimento forçado de toda uma história espacial anterior e a imposição de uma narrativa eurocêntrica que insiste em ser hegemônica até hoje.

Segundo problema: espaços para excluir

A arquitetura como entendemos hoje nasceu da ideia de Leon Battista Alberti de propor o projeto como algo separado da construção. Nas línguas latinas, diferente do *design* anglo-saxão, usamos as palavras *proyecto*, *proyecto* ou *progetto*, do latim *projetare*, que significa lançar adiante. Antes de Alberti, a arquitetura se pensava como seleção do melhor conjunto de elementos, técnicas e espacialidade baseados em como **construímos no passado**. Depois de Alberti, a arquitetura passou a ser sobre como devemos construir no **futuro** (Joseph Rikwert em ALBERTI, 1988). Conceitos e propostas intelectuais agora importam mais do que a experiência de construção.

E qual seria a relação de Alberti com o espaço americano? São fundamentais os dois momentos em que Alberti e as Américas se entrelaçam: o impacto do encontro de 1492 e a estratégia imediatamente posterior de ocupação e controle deste território. As Américas, como conhecemos, foram inventadas quando os estudiosos europeus perceberam que Colombo não havia chegado à Índia nem à China, mas sim num um mundo totalmente novo. Como Edmundo O’Gorman demonstrou há quase 70 anos, foi o encontro com tal alteridade que forçou os europeus a repensar toda a sua ontologia, desencadeando as forças da modernização. Curiosamente, apenas duas décadas separam a publicação de *De Re Aedificatoria* de Alberti (1471) e a chegada dos europeus ao continente americano (1492). A arquitetura como uma projeção de futuro moderno, separada da construção, que inaugura o poder da abstração para conquistar o planeta inteiro é ao mesmo tempo ferramenta e resultado final desses dois grandes eventos. Em um texto publicado no *The Plan Journal* em 2020 elaborei a relação entre a abstração de Alberti que nos legou o trabalho em planta, corte e elevação, e a abstração de Rene Descartes que nos legou toda uma maneira de separar o pensamento (do homem branco) do resto do corpo e da natureza, incluindo-se aí todos os não-homens, não-brancos (LARA, 2020).

Para entender o impacto do encontro dos europeus com as Américas e conseqüentemente o impacto desta mudança de paradigma em Martin Luther, Descartes, Leibnitz e Newton; sigamos o pensamento do historiador mexicano Edmundo O’Gorman. Usando mapas como base de sua análise, O’Gorman mostra que a Europa nunca foi central para a história do mundo antes de 1492, nem estava se movendo inevitavelmente nessa direção. Em vez disso, o impacto do encontro de 526 anos atrás foi equivalente ao que ocorreria se encontrássemos vida em outro planeta amanhã. Seríamos forçados a repensar tudo que acreditamos sobre nós mesmos, mais ou menos o que aconteceu com a intelligentsia europeia no início do século XVI.

O’Gorman, em seguida, elabora sobre como este deslocamento epistemológico acelerou a reforma protestante (1517) e as obras de Galilei e Kepler no início dos 1600. Umberto Eco escreveu um magnífico romance sobre os escritos de Aristóteles, preservados por estudiosos muçulmanos, tendo o poder desafiar a filosofia religiosa do nominalismo no século 14, libertando a relação entre objetos e suas representações na linguagem. O renascimento florentino do final do século 15 deveria neste sentido ser entendido no contexto de forças distintas lutando por proeminência. Brunelleschi, Alberti e Galileu eram soldados em uma guerra intelectual que ainda estava sendo travada. Não é de admirar que Girolamo Savonarola queimou pinturas e livros em 1495, e Galileu foi condenado pela inquisição em 1611. A constatação de que Colombo e Vespúcio haviam navegado em torno do desconhecido foi o argumento indiscutível que ganhou a guerra para o lado do pensamento racional, da observação empírica e da abstração.

Seguindo as obras de O’Gorman, Eduardo Dussel, Rodolfo Kusch e Roberto Fernandez, percebemos que foi aqui, nas Américas, que o poder de abstração da arquitetura foi testado pela primeira vez. Este laboratório americano (Fernandez, 1998), inaugurado no início do século XVI, resulta nos processos pelos quais um fio específico de conhecimento cuidadosamente elaborado a partir de múltiplas raízes (como a Civilização Ocidental), tornou-se dominante neste nosso pequeno planeta. Em um texto recente publicado na Bitácora UNAM, Juan Luis Burke reforça a tese de laboratório americano ao demonstrar como os tratados de arquitetura foram usados como instrumento de controle territorial no México (BURKE, 2020).

O desenhado e o não desenhado

Em um esforço para organizar os assentamentos coloniais, Felipe II, rei da Espanha, decretou a famosa Lei das Índias em 1572. Entre os 148 artigos que organizaram a burocracia espanhola nas Américas, havia vários que ditavam como as cidades deveriam ser projetadas e construídas. Um deles é de importância fundamental para nós. Enquanto vários artigos da lei falam em converter os nativos e tratá-los bem, o artigo 137 diz explicitamente que: “enquanto a cidade estiver sendo concluída, os colonos devem tentar, na medida do possível, evitar a comunicação e o tráfico com os índios, ou suas cidades, ou divertindo-se ou derramando-se no chão [prazeres sensuais?]; nem [os colonos] devem permitir que os índios entrem nos confins da cidade até que ela seja construída e suas defesas prontas e as casas construídas de modo que quando os índios as virem, elas sejam admiradas e entendam que os espanhóis estão lá para liquidar permanentemente e não temporariamente. Eles [os espanhóis] devem ser tão temidos que eles [os índios] não ousem ofendê-los, mas eles os respeitarão e desejarão sua amizade (LEJEUNE, 2005).

Esse foi o começo do planejamento urbano nas Américas: uma cidade para excluir e induzir o respeito pelo medo é muito diferente de uma cidade para tornar as pessoas livres. Esta é a regra desde o início do século XVI: a cidade como uma máquina de exclusão. A mudança do regime colonial para o republicano no século XIX pouco mudou esta estrutura espacial, exceto para pequenas comunidades rurais no norte dos Estados Unidos. Na

então chamada Nova Inglaterra, houve um nível significativo de inclusão por homogeneidade, significando que todo mundo que não estivesse em conformidade com as características do WASP foi expulso ou segregado.

Para as grandes áreas metropolitanas explodindo com o crescimento populacional a regra era uma urbanização de exclusão que concentrava riqueza e poder nas mãos de poucos, de Nova York a Buenos Aires, de São Francisco a Lima. A principal ferramenta de exclusão: o grid ortogonal, não foi trazido para as Américas pelos espanhóis, tendo existido aqui muito antes de Colombo. Tenochtitlan, por exemplo, estava muito mais próximo de um plano regular ortogonal do que Toledo, Sevilha ou Lisboa. Mas, após o salto de Alberti em direção ao futuro, o grid seria transformado em lei por Felipe II. O mesmo grid que agora organiza a maior parte dos EUA a oeste de Appalachia, creditada a Thomas Jefferson, mas que na verdade tem raízes na organização militar romana de cardos e decumanos. Diante de uma expansão tão grande de espaço à sua frente, nossos ancestrais britânicos e espanhóis usaram exatamente a mesma estratégia para controlar e domar a natureza, uma atitude que poderia resumir a história das Américas depois de 1492.

O que representa o “damero” da Ley de Indias se não um instrumento de controle, com descendentes de espanhóis autorizados a viver dentro e nativos excluídos para a periferia. Sociedades diferentes regulados por geometrias diferentes, bem como por um conjunto diferente de leis. Formal e informal, a dicotomia que define as cidades latino-americanas de hoje, começou aqui. Como escreveu Felipe Hernandez recentemente, as cidades latino-americanas sofrem de marginalização tanto sistêmica como colateral. Embora seja geralmente assumido que a informalidade e a marginalização são fenômenos do século XX, ambas são onipresentes desde a fundação das cidades latino-americanas no século XVI. O fenômeno tornou-se mais complexo e extenso durante a segunda metade do século XX, mas é importante entender sua longevidade. (Hernandez, 2017)

De fato, é difícil abordar o estudo das cidades latino-americanas, historicamente e no presente, sem a noção de que a marginalidade sempre foi parte inerente delas. “As condições de marginalidade e a extensão do desenvolvimento informal que vemos hoje na maioria das cidades do continente são uma expressão ampliada das condições de crescimento urbano iniciadas pelos europeus com sua abordagem segregacionista do planejamento urbano e do design durante o período colonial.” (Hernandez, 2017)

A estudiosa Mexicana Diana Maldonado propôs recentemente que os assentamentos informais (favelas, barriadas, villas miserias) são a verdadeira configuração espacial das Américas. Em suas palavras, precisamos estudar esses espaços “off-planning” pois eles contêm a semente da emancipação e do empoderamento (MALDONADO, 2016). Insistir no planejamento tradicional, diz Maldonado, é limitar-nos aos instrumentos de controle e apagamento que caracterizam a relação entre a geometria ortogonal e urbanização no continente americano.

E ainda precisamos de novas palavras para descrever e discutir nossos próprios espaços. O vocabulário eurocêntrico em inglês, francês ou espanhol não é suficiente. Como lembrou Walter Mignolo, “para encontrar o próprio caminho, não se pode depender das palavras do mestre; é preciso desvincular e desobedecer. Desapontar e desobedecer aqui significa evitar a armadilha das diferenças coloniais e nada tem a ver com os atos artísticos e intelectuais rebeldes que estamos acostumados a ouvir na história européia. Na história

da Europa, as reações contra o passado são parte da idéia de progresso e de movimento dialético. No mundo não europeu, trata-se de desvincular-se da dialética e voltar-se para a analética de Dussel. O processo analético desenvolvido por Enrique Dussel (2003). seria o oposto do orientalismo eurocêntrico discutido por Edward Said, No processo tradicional de alteridade tornado clássico por Said, um conceito é projetado para o outro para defini-lo como uma alteridade (portanto, definindo-se a si mesmo). Na analética de Dussel, o exercício da empatia leva o outro a si mesmo. “Fizemos isso com nossa base de conhecimento europeia (empatia indo além e tornando-se paixão), e agora precisamos ter empatia com nossos próprios espaços, nossas próprias palavras, nossas próprias idiossincrasias”. (Mignolo, 2015, p. ???)

Estratégias teóricas para entender o espaço nas Américas

Como essa percepção ímpar de tempo e espaço impacta a compreensão das Américas? Podemos desenvolver uma teoria que use o perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro para problematizar René Decartes “cogito ergo sum”? Podemos usar a discussão de Rodolpho Kusch sobre ser e estar para desafiar asein de Martin Heidegger? Podemos entender a modernidade através das lentes descoloniais de Arturo Escobar e ir além do eurocentrismo de Jürgen Habermas? O atento leitor notará que usei intencionalmente os primeiros nomes dos três filósofos europeus para torná-los iguais aos seus equivalentes americanos. Ou alguém no mundo de língua inglesa sabe exatamente quem são Castro, Kusch e Escobar e quais são suas principais contribuições?

No México, Edmundo O’Gorman demonstrou, há 70 anos, que foi o encontro com as Américas que motivou a modernização europeia e não o contrário. Uma das consequências diretas desse processo de modernização europeia, desencadeado pelo encontro das Américas, é a hegemonia do cartesianismo como visão de mundo. Temos sim uma dívida com René Decartes e sua filosofia científica que nos deu vacinas, cirurgia, medicina e viagens aéreas (e eu não estou pronto para abandonar nenhum destes), mas temos que enfrentar as consequências do Cogito Ergo Sum. No mundo cartesiano, os seres humanos são totalmente separados da natureza, só nós “pensamos”, só nós somos plenamente conscientes. Como resultado, naturalizamos a ideia de que podemos dispor de todos os outros assuntos da Terra e do espaço exterior como quisermos. O aquecimento global e o esgotamento das fontes de água são resultados diretos de nossa sociedade cartesiana. Ainda mais importante para a nossa teoria espacial é a prevalência de coordenadas cartesianas como base para mapear todo o planeta.

Agora, examinemos por um minuto ou dois a possibilidade de outra visão de mundo, não-cartesiana, que nos indique uma saída para tal emergência. O antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro desenvolveu a teoria do perspectivismo ameríndio para explicar uma relação diferente entre os americanos originais e seu ambiente natural. De acordo com Viveiros de Castro, e isto deveria se aplicar a todas as sociedades ameríndias, a abordagem perspectivista dá humanidade potencial para cada pedaço de matéria, orgânico ou inorgânico. Uma pedrinha no riacho não tem humanidade, mas se alguém o pegar, limpar,

polir e pendurá-lo no pescoço, ele ganhará a humanidade. E essa pessoa ganha “pedridade”. Isso não é exatamente animismo, mas sim um relacionamento entre nós e tudo o mais, baseado na transformação mútua. Você se torna um pouco mais “madeiroso” se trabalha com madeira, um pouco mais argiloso se trabalha com argila. Ao comer, você se torna peixe e o peixe se torna você. Não é exatamente o que acontece quando nós quebramos as células e moléculas de alimento para nutrir nosso próprio corpo?

Curiosamente, o espaço é central para esse relacionamento. É a proximidade que dá humanidade para uma pedra e “pedridade” para você. Na direção oposta, a pior punição na maioria das sociedades ameríndias não é a morte, mas o exílio. Você perde sua humanidade se for forçado a sair do grupo, uma penalidade reservada para os crimes mais horrendos. Para contrabalançar a dominação de todo o planeta com um sistema cartesiano de coordenadas, não seria interessante ter um mapa baseado em interações relacionais, como a teoria do perspectivismo de Viveiros de Castro?

Agora, vamos discutir outro interessante par de estudiosos. Baseado em Descartes, Kant, Hegel e Husserl, Martin Heidegger desenvolveu no início do século XX a ideia de *dasein* como base da fenomenologia. O *dasein* deveria, de acordo com Heidegger, incorporar a ideia de “estar no mundo”. Aqui, novamente, temos um pilar central da filosofia ocidental trabalhando com ideias espaciais. Mais tarde, no século XX, com Maurice Merleau-Ponty sendo o principal discípulo de Heidegger, a fenomenologia se tornaria muito influente nos círculos arquitetônicos e uma parte significativa da crítica do modernismo do final do século XX se baseava nela. Curiosamente, pouquíssimas pessoas até hoje leem a crítica do antropólogo argentino Rodolfo Kusch sobre a problematização do *dasein* na América Latina. Partindo da separação das línguas latinas ser e estar, Kusch elabora a proposta de uma dissonância cognitiva auxiliada pelo fato de que falantes de espanhol e português (90% da América Latina) têm dois significados muito diferentes para “estar no mundo”: um que é puramente espacial e um que é puramente temporal. Refletindo a recusa indígena em trabalhar como “*utcata*”, um termo aymara sinônimo de *dasein* mas com uma pegada revolucionária, Kusch problematiza a dicotomia tempo/espaço - ser/estar que faz “ser no mundo” algo bem diferente em algumas partes das Américas.

E essa dissonância cognitiva (eu chamei de deslocamento no início deste ensaio) me leva a discutir a ideia de modernização de Junger Habermas como um processo transformador e empoderador. Na arquitetura, ainda estamos demasiadamente encantados com a modernização. Amamos nossos edifícios modernistas, planejamos modernizar infra-estruturas, nos esforçamos para entender modernidade como sinônimo de construção. Ou melhor ainda, nos esforçamos para entender arquitetura como sinônimo de desenvolvimento. Proponho que todo pesquisador de arquitetura leia o antropólogo colombiano Arturo Escobar, e quanto mais cedo melhor. Escobar dedicou sua vida a mostrar que a modernização tem um lado sombrio chamado colonização - a ideia de que os modos de vida de uma população são melhores e, portanto, devem ser impostos a outras populações. A contribuição de Escobar para os debates do século XXI é reconectar a modernização e a colonização como faces da mesma moeda. Fomos treinados para abominar a colonização e para adorar a modernização. Quando entendemos que são duas faces do mesmo processo, entendemos a crise do mundo contemporâneo como a crise do homem branco - heterossexual, aqueles que sempre foram favorecidos pela modernização e desenvolvimento como o conhecemos.

O processo de construção desta modernização desigual foi testada primeiramente nas Américas, como nos lembra Roberto Fernandez, em *O Laboratório Americano*, e só foi possível porque histórias foram apagadas, barreiras simbólicas foram levantadas e exclusões foram naturalizadas. Para superar séculos de eurocentrismo, será necessário um tremendo esforço, mas, no entanto, temos tal responsabilidade: olhar para o ambiente construído das Américas com nossas próprias lentes. E, ao fazê-lo, talvez possamos conceber uma contribuição para um conjunto de relações espaciais realmente transformador e fortalecedor para o sul global. Um que traga o melhor da modernização, como água limpa e educação universal; combinando com os desafios incompletos, como igualdade de gênero e racial.

Esse é o nosso desafio.

Referencias

- ALBERTI, Leon Battista. *On the Art of Building in Ten Books*. 1st Edition edition. Cambridge, Mass: MIT Press, 1988.
- JUAN LUIS BURKE, La teoría arquitectónica clásica en la Nueva España y los tratados arquitectónicos como artefactos colonialistas. *Bitácora Arquitectura*, [S.l.], n. 43, p. 70-79, mar. 2020.
- DILLEHAY, Tom D., and David J. MELTZER, eds. *The First Americans: Search and Research*. Boca Raton: CRC Press (1991).
- CARDINAL-PETT, Clare, *A History of Architecture and Landscape in the Americas*, New York: Routledge, 2016.
- DUSSEL, Enrique. *Philosophy of liberation*. Wipf and Stock Publishers, 2003.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton University Press (1995).
- FERNANDEZ, Roberto, *El Laboratorio Americano. Arquitectura, Geocultura y Regionalismo*, Madrid, España: Biblioteca Nueva (1997).
- KRYSTAL, H, Trauma and affects. *Psychoanalytic Study of the Child*, 33 (1978) pp. 81–116.
- KUSCH, Rodolfo. *Geocultura Del Hombre Americano*. Colección Estudios Latinoamericanos 18. Buenos Aires: Fernando García Cambeiro, (1976).
- LARA, Fernando. “Editor’s Note”, Platform – Inhabiting the Americas, Austin: UT School of Architecture, Spring (2015).
- LARA, Fernando. “A Stitch in Time” *Architectural Review*, n. 1465, October 2019.
- LARA, Fernando. “American Mirror: The Occupation of the New World and the Rise of Architecture as we Know it”, *The Plan Journal*, vol 5, n.1, May 2020.
- LARA, Fernando. *Spatial Concepts for Decolonizing the Spatial History of the Americas* (Felipe Hernández, co-editor), Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholar Publishers, 2022.
- LARA, Fernando. *Spatial Theories for the Americas*, University of Pittsburgh Press, 2024.
- LEJEUNE, Jean-Francois, ed. *Cruelty and Utopia: Cities and Landscapes of Latin America*. 1 edition. New York: Princeton Architectural Press (2005).
- HERNANDEZ, Felipe. “Introduction”, in *Marginal Urbanisms*, Cambridge: Cambridge Scholarly Papers (2017)

- MALDONADO, Diana. «Off-Planning»: The Illegitimate Tradition That Legitimizes Latin America as Urban Discourse.» *Traditional Dwellings and Settlements Review* 28.1 (2016): 66-66.
- MANN, Charles C. 1491: New Revelations of the Americas Before Columbus. New York: Vintage (2006)
- MIGNOLO, Walter. "Yes we Can", Foreword in Dabashi, Hamid. Can Non-Europeans Think? Zed Books Ltd (2015)
- MIGNOLO, Walter D. *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. 1 edition. Durham: Duke University Press Books, (2011).
- O'GORMAN, Edmundo. "The invention of America: an inquiry into the historical nature of the New World and the meaning of its history", Bloomington: U of Indiana Press (1961)
- SAID, Edward W., *Orientalism*, New York: Vintage Books (1978).
- STANNARD, David E. *American Holocaust: Columbus and the Conquest of the New World*. New York: Oxford University Press, 1992.
- VAN DER KOLK, B. A., van der Hart, O., & Marmar. Dissociation and information processing in posttraumatic stress disorder. In B. A. van der Kolk, A. C. McFarlane, & L. Weisaeth (Eds.), *Traumatic stress: The effects of overwhelming experience in mind, body and society* (pp. 303-327). New York: Guilford (1996)
- WAISMAN, Marina. "An Architectural Theory for Latin America." In *DesignBook Review*, 29, (1994).
- WATSON, Peter. *The Great Divide: Nature and Human Nature in the Old World and the New*. London: Harper, 201

Abstract: Unlearning is one of the most urgent questions of our times, a question we should all ask ourselves, and my own answer gravitates around the decolonial theories that emerged in Latin America in the last decades. Edmundo O'Gorman, Aníbal Quijano, Milton Santos, Pablo González Casanova, Walter Mignolo, Arturo Escobar, Silvia Rivera Cusicanqui, María Lugones and Denise Ferreira da Silva helped me break down the epistemological barriers that defined architecture not made by white European men as peripheral, displacing my own.

Decolonial theories have taught me more recently that spatial abstraction is not only an accelerator of improvement as Corona-Martinez proposed, but also an accelerator of modernity and, consequently, an accelerator of coloniality. My point here, learned from contemporary scholars engaging indigenous knowledge in an epistemic decolonization effort, is that the emergence of spatial abstraction in the sixteenth century killed relational processes and non-Eurocentric knowledges that we urgently need to bring back to the table. We need to develop American concepts to improve our understanding of the spatial history of our continent. We need to unlearn the hegemony of spatial abstraction to allow other knowledges to permeate the design process.

Keywords: Unlearn, Decoloniality, Epistemology, Architecture, Latin America.

Resumo: Desaprender é uma das questões mais urgentes de nossos tempos, uma pergunta que todos nós deveríamos fazer, e minha própria resposta gravita em torno das teorias decoloniais que surgiram na América Latina nas últimas décadas. Edmundo O’Gorman, Aníbal Quijano, Milton Santos, Pablo González Casanova, Walter Mignolo, Arturo Escobar, Silvia Rivera Cusicanqui, María Lugones e Denise Ferreira da Silva me ajudaram a romper as barreiras epistemológicas que definiam a arquitetura não feita por homens brancos europeus como periférica, deslocando a minha própria arquitetura.

O que as teorias decoloniais me ensinaram mais recentemente é que a abstração espacial não é apenas um acelerador de melhorias, como Corona-Martínez propôs, mas também um acelerador da modernidade e, conseqüentemente, um acelerador da colonialidade. Meu argumento aqui, aprendido com estudiosos contemporâneos que envolvem o conhecimento indígena em um esforço de descolonização epistêmica, é que o surgimento da abstração espacial no século XVI matou processos relacionais e conhecimentos não eurocêntricos que precisamos urgentemente trazer de volta à mesa. Precisamos desenvolver conceitos americanos para melhorar nossa compreensão da história espacial de nosso continente. Precisamos desaprender a hegemonia da abstração espacial para permitir que outros conhecimentos permeiem o processo de design.

Palavras-chave: Desaprender, Decolonialidade, Epistemologia, Arquitetura, América Latina.

[Las traducciones de los abstracts fueron supervisadas por el autor de cada artículo.]
